



MeetOn “Soberania Digital: o futuro da Inovação, da produção, da regulação e da inclusão na Europa”

CONCLUSÕES

06 de outubro de 2020

O oitavo MeetOn da APDSI foi dedicado à “Soberania Digital: O futuro da Inovação, da produção, da regulação e da inclusão na Europa”, no passado dia 1 de outubro de 2020, via Zoom.

Neste evento participaram Matthias Bauer, economista sénior da [ECIPE da União Europeia](#), Maria Manuel Leitão Marques, deputada do Parlamento Europeu, Vice Presidente do Comité do Mercado Interno e dos direitos do Consumidor e Membro do comité especial da Inteligência Artificial e da Era Digital e José Legatheaux Martins, Professor Catedrático na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) e Presidente da Direção do [Capítulo Português da Internet Society \(ISOC-PT\)](#).

A moderação esteve a cargo de Luís Vidigal, do Grupo de Missão “Futuros da Sociedade da Informação” da APDSI.



A reconhecida supremacia tecnológica dos Estados Unidos e da China deve funcionar como um incentivo para a Europa começar a tirar vantagem das suas capacidades tecnológicas.

A APDSI pretendeu, através deste MeeOn, promover o debate sobre os desafios que se colocam ao futuro da Soberania Digital da Europa, tendo por objetivo a promoção e o desenvolvimento da inovação, da produção e da regulação da economia digital, de uma forma socialmente inclusiva.

Neste MeetOn, a Associação contou com a partilha do testemunho de Matthias Bauer, economista sénior da ECIPE da União Europeia, consciente de que o tema da soberania digital não está ainda muito na agenda de discussão pública, embora esteja a ser cada vez mais incluído nos assuntos prioritários da Comissão Europeia para defesa dos valores do “velho continente” ao abrigo de uma visão mais moderna e abrangente.

Os valores-chave da União Europeia devem estar presentes e ser reclamados nalgumas áreas críticas da tecnologia, de modo a que as novas tecnologias se tornem a nova norma, e Matthias Bauer reforça que ainda não é tarde para que tal se verifique.

França é um dos países que diz que a tecnologia deve ser potenciada na União Europeia mediante uma maior união dos Estados-Membros. Há narrativas políticas por detrás da emergência das novas tecnologias tão desejadas na UE.

Todavia, a Europa é diferente de outros pontos do mundo em matéria de regulamentação económica, e, segundo o economista, precisa urgentemente de ter os instrumentos para controlar os resultados de uma economia digital.

“A minha perceção é que os instrumentos legais existentes querem transformar a economia europeia numa economia mais “chinesa”, no sentido de a tornar mais restritiva e discriminatória”, afirma Bauer, ao mesmo tempo que manifesta “o receio de que este debate disfarce a opinião pública de um assunto que muito interessa à população”.

Para o economista, o regulador europeu deve ter em consideração a História da Europa e em que condições as indústrias americana e chinesa se tornaram tão bem-sucedidas.

Como pode uma economia como a portuguesa ter impacto na União Europeia? Matthias Bauer acredita que o caminho nacional pode passar pelo European Cloud Federation Project, um documento no qual se encontram políticas que pretendem criar exigências para as tecnologias europeias e na **European Cloud Initiative** que pretende fortalecer a posição da Europa na inovação baseada em dados, melhorar a competitividade e a coesão e ajudar a criar um Mercado Único Digital na Europa.

A ideia de implementar na União Europeia uma política para os serviços *cloud* é controversa porque afeta empresas estrangeiras que guardam dados europeus, mas também empresas europeias que operam fora da jurisdição europeia. **Mas as leis de privacidade, competitividade e tecnologias que ajudem a preservar direitos humanos fundamentais têm de ser discutidas**, defende o economista, sem esquecer as economias mais pequenas onde toda esta evolução pode ter um efeito desproporcional.

Matthias Bauer conclui que a soberania digital deve ser considerada prioritária na União Europeia, atendendo a que alguns países, como a Alemanha, por exemplo, estão a destacar-se nas tecnologias para a comunicação e medicina, mas “se a União Europeia continuar a perseguir uma agenda de proteção por design vai perder mercado”.

Maria Manuel Leitão Marques, deputada do Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Comité do Mercado Interno e dos direitos do Consumidor e Membro do comité especial da Inteligência Artificial e da Era Digital, entende que a soberania digital é um grande desafio europeu, mas ainda incerto quanto aos resultados.

Sabemos que isso não significa uma total autonomia e independência de decisão na área tecnológica. A verdade é que a soberania política de um Estado também não

assenta já na total autonomia de decisão, interna e externa, como outrora foi descrito por Jean Bodin o velho conceito de soberania. Partilhamos cada vez mais nossa soberania desde logo com a União Europeia.

Falta, portanto, definir o que é mesmo indispensável para haja soberania digital. Em matéria de tecnologia, a União Europeia não tem que ter total domínio da tecnologia e infraestruturas, mas tem que ter algum poder. “Temos a tecnologia e a disponibilização de conteúdos concentradas em muito poucas empresas no mundo que têm uma grande fatia e poder de mercado. A concentração excessiva desse poder pode afetar a democracia, bem como as soberanias política e digital”.

Pegando nas palavras de Matthias Bauer, a União Europeia tem que ter controlo do seus dados e capacidade de os tratar, encriptar, processar e transferir, através de sistemas seguros e resilientes. Maria Manuel acrescenta que para tal acontecer é indispensável um grande investimento em competências, em ciência e inovação “temos de ser mais inovadores, e, portanto, investir na investigação no digital”.

Finalmente, a soberania passa por ter um modelo regulado que assegure a confiança dos cidadãos na transformação digital. Quanto mais partilharmos esse modelo com outras partes do mundo mais ele sairá reforçado.

DEMOCRACIA E IGUALDADE

Uma vez que os dados pessoais são uma área mais sensível, os dados das coisas são uma área onde pode ser grande o investimento dentro da União Europeia. Será um importante recurso para a ciência e a inovação.

É indispensável para Portugal que esse ao investimento europeu não fique demasiado concentrado apenas nos países do centro da Europa, que onde estão até agora quase todas as comunidades de inovação (KICs - *Knowledge Innovation Communities*), criadas pelo *European Institute of Innovation and Technology*.

Maria Manuel Leitão Marques afirma **“não ter medo que a regulação trave a inovação. Temos que avançar com precaução e experimentação para garantir a confiança dos cidadãos em todo este processo. De outro modo corremos o risco de**

deixarmos muitos para trás, de criar inimigos da inovação. O modelo a adotar tem que ser inclusivo”. Não temo um modelo e digital mais regulado e não penso que ele venha a ser um entrave à inovação. Veja-se, por exemplo, como se temia que o RGPD fosse uma estratégia defensiva e até um entrave à modernização administrativa, mas na verdade tal não aconteceu. Adaptámo-nos e criámos regras durante o período de transição e hoje o Regulamento Geral da Proteção de Dados é um sucesso europeu e partilhados com vários países do mundo.

“A questão do consentimento do uso dos nossos dados sem qualquer retorno, por exemplo, é um ponto que temos de rever. Muitas vezes não consentir implica não ter acesso ao serviço. Além de que estamos a consentir o uso dos dados não apenas para prestação de um serviço específico que solicitámos, mas para muito mais do que isso. “É preciso trabalhar num verdadeiro consentimento o que obviamente também passa pela educação digital. ”, adverte a deputada do Parlamento Europeu.

José Legatheaux Martins, Professor Catedrático na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) e Presidente da Direção do Capítulo Português da Internet Society (ISOC-PT) prefere definir soberania digital com a necessidade de proteger os cidadãos europeus de abuso da tecnologia, prestar muita atenção ao facto de a tecnologia digital não ser usada contra a democracia e que não aumente a desigualdade. O objetivo dessa almejada soberania digital é aumentar a eficiência e bem-estar global das empresas, cidadãos e processos políticos, sociais e produtivos na Europa e para que isto seja possível a Europa tem que ter capacidade de controlar a sua cibersegurança e defesa de infraestruturas críticas, aumentar o conhecimento dos cidadãos, e no âmbito científico e tecnológico aumentar a competência em 5G e inteligência artificial em *data science* e *computing*.

É inegável que perante uma crise tão concreta como foi a da Covid-19 a Europa teve um bom desempenho e resposta adequada no recurso ao digital para fazer face à crise e continuou a funcionar, o que demonstra que as infraestruturas da Europa são de qualidade e robustas o suficiente para aguentar um aumento de carga na ordem dos 40%. Contudo, José Legatheaux Martins diz que “se olharmos para as aplicações o

diagnóstico já é diferente. Nesta nova fase em que nos encontramos necessitamos de suporte de tecnologias digitais para apoio a videoconferências e não há nenhuma europeia. Houve falta de computadores e nenhum fornecedor europeu avançou. Para a *cloud* são fornecedores americanos: Microsoft, Amazon e Google. **Se medirmos a soberania digital da Europa na sua capacidade de ter sistemas, acho que estamos próximos do zero porque é um continente que importa quase tudo mesmo que exporte alguns serviços”.**

RGPD E A SOBERANIA EUROPEIA

Sobre o RGPD Legatheaux Martins considera positiva a legislação que determina a responsabilização das empresas pelos dados dos quais são guardiãs (dos clientes) e se os perderem são penalizadas. Esta medida também é uma ferramenta de combate à desigualdade, na medida em que as empresas só podem ter dados dos utilizadores se esses derem o seu consentimento. Por outro lado, para os utilizadores o consentimento é um problema, pois sem ele a maioria dos serviços são-lhe negados.

A soberania europeia no digital é, para o professor, algo difícil de alcançar porque “estamos a enfrentar monopólios que se colocaram numa posição que a União Europeia não tem capacidade para quebrar. Se o fizesse isso significaria uma subida de preços relativamente aquilo que, aparentemente, é gratuito”.

Uma vez que a Europa não se posiciona enquanto superpotência no digital, uma das hipóteses apontadas passa por estabelecer normas e quem entrar no mercado europeu tem que as cumprir. Numa altura em que tanto se questiona o papel que a União Europeia poderá ter na investigação sobre a Inteligência Digital, o professor optaria por apostar em áreas nas quais a Europa já tem uma boa posição, como a tecnologia aplicada aos automóveis, transportes e na química.

A moderação da sessão de 1 de outubro de 2020 esteve a cargo de Luís Vidigal, do Grupo de Missão “Futuros da Sociedade da Informação” da APDSI.

CONCLUSÕES

Na curta fase de perguntas e respostas ficou a certeza de que Portugal se deveria integrar numa estratégia europeia de dados, para fugir da posição defensiva e começar a procurar uma posição marcante nalguns setores associados às novas tecnologias.

O modelo europeu e o modelo de desenvolvimento científico não têm sido suficientes para apoiar a inovação disruptiva na União Europeia. Como nota positiva ficou a conclusão de que é preciso refletir na política a inovação disruptiva.

A proteção dos cidadãos deve ser, acima de tudo, a proteção da democracia e dos dados pessoais, no entender de Maria Manuel Leitão Marques

Face aos monopólios instalados poderá ainda haver nichos a explorar pela Europa em matéria de *machine learning*, como os dados não pessoais que poderiam ser um grande investimento na União Europeia. Capacidade de passar da ciência à inovação e da inovação à vantagem económica é o grande desafio que se coloca aos países da União Europeia.

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

mail | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública

ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Patrocinadores Globais da APDSI

